

Plantando sementes de luta: o Feminismo Camponês Popular a partir do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)

Carla Apenburg Trindade¹

O livro *É Luta! Feminismo Camponês Popular e Enfrentamento à Violência* escrito pela autora Ísis Menezes Táboas é fruto de sua dissertação de mestrado e propõem conjuntamente a análise dos princípios fundadores e contribuintes do Feminismo Camponês Popular a partir das diretrizes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Lançado pela editora *Lumen Juris* no ano de 2018 contribui diretamente ao entendimento da realidade das mulheres camponesas, tal quais as lutas travadas pelas mesmas na elaboração de um feminismo militante e não somente acadêmico.

No presente livro a autora retoma relatos de experiências de mulheres que integram o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no intuito de construir categorias analíticas sobre o feminismo camponês, a fim de promover intercâmbio de conhecimentos entre as sujeitas políticas dos movimentos sociais e a academia.

É uma obra que se torna primordial no arcabouço teórico de pesquisa acerca da temática, uma vez que desvela as faces invisíveis das violências sofridas por mulheres camponesas, haja vista que estas possuem sérias dificuldades no acesso aos serviços propostos na Lei nº 11.340, intitulada, Lei Maria da Penha, assim como em relação a inserção nas redes de apoio e enfrentamento ao fenômeno, pois estes estão disponíveis de forma mais incidente nas cidades. Assim a violência contra as mulheres no âmbito do campo é uma realidade pouco conhecida, bem como visibilizada, mas que atua de maneira incidente e ampla.

Assim, este escrito externaliza aspectos da luta das mulheres da classe trabalhadora, rompendo o silêncio em relação às opressões do machismo e patriarcado em torno das mulheres camponesas brasileiras, bem como traça o histórico de lutas e estratégias de resistência dessas sujeitas políticas por meio dos trabalhos da roça, sonhos e desafios da organização autônoma feminista no campo, juntamente ao princípio fundante da reforma agrária e dos eixos de produção de alimentos agroecológicos, direitos sociais e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Para além da organização deste trabalho em três grandes capítulos, considerações finais e referências bibliográficas utilizadas na elaboração do mesmo, Ísis Táboas elenca tópicos que destrincham elementos imprescindíveis na constituição e caracterização do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

No primeiro capítulo “*É Luta!*”: *o Movimento de Mulheres Camponesas é expresso* aspectos históricos da criação e emergência do MMC na cena política brasileira em consonância com o cenário de efervescência das lutas por criação e efetivação dos direitos humanos das mulheres camponesas na década de 1980, assim como descreve itens simbólicos integrantes de diversos momentos de formação do movimento, a respeito da mística^{II} e simbologia apresentada nos tópicos *1.1. Afirmação de muitas histórias: processo de construção* e no *1.1.1. A cor lilás, o chapéu de palha e o lenço: mística e simbologia*.

Ainda neste capítulo, a autora por meio da práxis histórica (ação-reflexão) promove o conhecimento da estrutura organizacional do movimento através da descrição das próprias coordenadoras do MMC, a fim de manter o controle do trabalho pelos sujeitos que o possibilitaram cotidianamente por intermédio de sua existência - as mulheres camponesas-.

Nos tópicos *1.2 A sementeira: militância e organização* e *1.2.1 Bandeiras de luta: agenda política* serão expostos aspectos formativos do movimento, a respeito do incentivo ao estudo nas reuniões de leituras e debates sobre temas que abrangem suas pautas, bem como

PLANTANDO SEMENTES DE LUTA: O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR A PARTIR DO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC)

CARLA APENBURG TRINDADE

em relação ao financiamento e parcerias nacionais e internacionais de bolsas de estudo direcionadas às mulheres que compõem o Movimento das Mulheres Camponesas. Também são elucidadas quais as bandeiras de luta que permeiam o projeto de sociedade defendido pelas militantes do MMC, tendo como eixo principal a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e transgênia, o enfrentamento à violência contra as mulheres e a seguridade social.

Entendendo que a violência assola cruelmente as mulheres que residem no campo, o tópico *1.3. Da indignação à liberdade: enfrentamento à violência doméstica e familiar* retrata a necessidade em fomentar o processo de formação da consciência, ancorado nas contribuições de Mirla Cisne^{III}, na construção de uma sociedade livre de exploração e violência, esboçando que as relações estruturais de poder regidas pelo Patriarcado-Capitalismo-Racismo interferem diretamente nas relações interpessoais, necessitando assim, para além de uma mudança individualizada, a erradicação do sistema capitalista na promoção da emancipação feminina.

O segundo capítulo *Diálogo dos saberes: a dimensão teórica do Movimento de Mulheres Camponesas*, também narrado em alguns momentos pelos discursos das “sujeitas”, subdivide-se nos seguintes tópicos: *2.1. Produção, território e compromisso com o Projeto: a categoria camponês*; *2.1.1 Luta, força e trabalho: mulheres camponesas*, onde são expostos pormenores da categoria camponês, haja vista suas características centrais - Perspectiva territorial e determinação sobre o espaço político, geográfico e cultural no uso do solo, vegetação e clima; Aspectos sobre o modo de produção e sua interferência nos processos de sociabilidade, consumo e reprodução vital; E o compromisso de luta contra o sistema capitalista- são primordiais no entendimento da condição de exploração e dominação feminina especificamente no campo.

Dando continuidade, nos seguintes tópicos intitulados *2.2. Homem e cachorro na estrada; mulher e gato em casa: a categoria histórica de análise gênero* e *2.2.1. Mulher guerreira: relações de gênero e poder no campo*, a autora identifica que a desigualdade de gênero inicia sua jornada na separação dicotômica entre público-privado, sendo esta regida por estereótipos de gênero que acabam por determinar de maneira biologizante, através de uma divisão sexual do trabalho, o papel de homens e mulheres tanto no processo produtivo, quanto na sociedade como um todo.

Também são demonstrados elementos da luta específica da mulher camponesa, uma vez que esta é marcada por processos históricos, econômicos e sócio-culturais singulares, que almejam a manutenção de seus territórios, a reparação do aprofundamento das desigualdades promovidas pela concentração de terras no Brasil através da reforma agrária, a reivindicação por relações sustentáveis com a natureza e modos de produção saudáveis.

Além das críticas tecidas acerca do modo capitalista de produção, Ísis Táboas conceitua o sistema de dominação e exploração que subjuga a autonomia feminina, controla sua sexualidade e apropria-se de seu corpo - o Patriarcado- nos tópicos *2.3. A mulher como um avestruz: exploração-dominação patriarcal* e *2.3.1. Oxigênio que dá vida ao sistema: a relação simbiótica patriarcado-racismo-capitalismo*, trazendo o mito dos avestruzes^{IV} como referência metafórica desse processo.

No tópico *2.4. Presas à mesma teia: violência doméstica e familiar* tal como no *2.4.1. Reconhecimento e condições reais: Lei Maria da Penha e Tratados Internacionais* é tratado o conceito de violência em relação à condição feminina frente ao fenômeno, situando-o como violação sistêmica de direitos humanos, estando a violência contra as mulheres, atrelada à discriminação histórica destas frente à desigualdade entre os sexos.

PLANTANDO SEMENTES DE LUTA: O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR A PARTIR DO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC)

CARLA APENBURG TRINDADE

Para que ocorra o apoio às vítimas deste fenômeno, bem como o enfrentamento e combate do mesmo, mecanismos legais foram imprescindíveis. Dessa forma, a Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha- é marco fundamental na efetivação dos direitos humanos das mulheres no que consta uma vida livre de violência. Assim, a autora desvela as contradições expostas entre a teoria e prática da legislação através do discurso de mulheres camponesas integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e grupos de assistência.

No terceiro capítulo, intitulado *Dando vida à teoria: o Feminismo Camponês Popular*, a autora encerra seu trabalho trazendo as contribuições do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) na constituição das mulheres enquanto sujeitas coletivas em busca de direitos a serem exercidos politicamente a partir dos processos de desenvolvimento social, organização, mobilização e luta.

Dando continuidade às discussões, nos seguintes tópicos intitulados *3.1. Feminismo Camponês Popular: a construção de um feminismo classista e camponês* e *3.1.1. Compañeras campesinas, hermanas indígenas y afrodescendientes: experiências latino-americanas* foram expostos os princípios da elaboração de um tipo específico de feminismo: o camponês.

Este está atrelada à perspectiva de construção de um projeto político que visibilize e tome como pressuposto a condição feminina das mulheres camponesas latino-americanas, compreendendo que mesmo que estas também integrem a categoria “mulheres”, essa não pode ser lida de maneira homogênea, uma vez que possuem pautas e reivindicações singulares dentro do movimento feminista.

Um dos maiores pilares de formação do Feminismo Camponês Popular é o antagonismo político ao sistema de exploração às mulheres sobre a forma do Patriarcado-Capitalismo-Racismo, entendendo que a luta deve concentrar-se sobre seu gênero, mas também, sobretudo, avistando sua condição dentro da classe trabalhadora vinculada às atividades da agricultura, contra o agro-hidronegócio.

A autora discorre também um pouco sobre as sujeitas políticas que compõem a militância desse tipo de feminismo, trazendo à tona a identidade de mulheres camponesas, ribeirinhas, meeiras, pescadoras, marisqueiras, quilombolas e das mais diversas comunidades tradicionais, haja vista que para o Movimento das Mulheres Camponesas a parceria destas, além do sentimento revigorante de companheirismo, retoma a união entre lutas que possuem um mesmo objetivo: a emancipação feminina no campo.

Dessa forma, as alianças políticas acontecem regional, nacional e internacionalmente, integrando a maior diversidade possível de mulheres dentro da América Latina, “sendo assim, o MMC compõe a CLOC- Vía Campesina e soma esforços junto a outras organizações para a construção do Feminismo Camponês Popular na América Latina e Caribe”^V.

Sob o título *Liberta do Estado, do marido e do patrão: práticas emancipatórias* no tópico 3.2., Ísis Táboas retoma a contribuição do Grupo Focal na sua síntese do que significa lutar por libertação através de três eixos a serem combatidos para a efetivação de tal objetivo: o Estado, o marido e o patrão, concebendo a multidimensionalidade da opressão feminina por diversos atores e instituições, uma vez que:

[...] as mulheres camponesas resistem à atual organização das relações de poder e do modo de produção, elas compreendem que se libertar das amarras do patrão é se organizar contra o capitalismo racista e patriarcal, componente basilar do projeto político feminista camponês popular^{VI}.

PLANTANDO SEMENTES DE LUTA: O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR A PARTIR DO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC)

CARLA APENBURG TRINDADE

Compreendendo o conceito de auto-organização como fundante do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), em 3.2.1. *Essa luta é feminina: o princípio feminista da auto-organização* é valorizado como este princípio atua de forma propulsora na formação de consciência feminista, tendo em vista que as mulheres entre si - mesmo dispostas em organizações mistas - reconhecem os problemas que as afligem e, assim, podem tornar estes o foco de luta no espaço político.

Essa ótica é reafirmada na Cartilha do MMC, pois historicamente as mulheres, além de terem sido alijadas da obtenção de direitos básicos, também tiveram o protagonismo e a possibilidade de contar a sua história da vida aniquilada, assim necessitando cada vez mais de espaços e organizações próprias de mulheres, de forma que essas propiciem a retomada e reapropriação do poder que lhes foi furtado ao longo dos séculos.

A abordagem da luta feminista a partir do conceito de auto-organização se torna um caminho imprescindível, haja vista que desde a década de 1980, com o surgimento de organizações autônomas de mulheres no cenário político brasileiro, as pautas específicas da mulher camponesa puderam ser visibilizadas ao ponto de anexarem-nas na agenda pública através da exigência por inclusão destas nos sindicatos de trabalhadores rurais e direitos no âmbito da seguridade social, a respeito da aposentadoria para as trabalhadoras do campo e a licença maternidade remunerada.

Em seu último tópico, o 3.3 *A minha dor é a dor de todas: sujeito coletivo e O Direito Achado na Rua* a autora incorre novamente aos discursos de integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) por meio de entrevistas, a fim de dimensionar o sujeito coletivo que abriga as múltiplas pautas individuais, tendo em conta a heterogeneidade que abriga a categoria analítica “mulheres”, tornando o pessoal político.

Faz-se necessário, na visão de Táboas, a articulação entre a formação política, luta e organização popular, no sentido de constituir “[...] sujeitos coletivos de direitos que não buscam apenas construir e garantir novos direitos, mas questionar as estruturas de poder”^{VII}.

Ainda nesse tópico final também é exposta a emergência de um sujeito coletivo, que constitui elemento indispensável no antagonismo sobre o sistema capitalista, visto que este funda-se na negação à identidade camponesa e de dignidade da vida das mulheres, tal qual a necessidade imperiosa da formação de consciência política que conduza-as à libertação das relações de violência, dominação e exploração em busca de uma sociedade livre justa e igualitária.

Por fim, é importante ressaltar que o MMC justifica seu nascimento da necessidade, perante uma sociedade desigual e exploratória em seu caráter de sexo, classe e raça/etnia, em fomentar a organização popular que possa transformar as relações sociais na perspectiva de luta por direitos humanos para uma parcela da população historicamente marginalizada.

Para que tais aspirações sejam alcançadas, as denúncias em que as mulheres camponesas assumem um papel objetificado nas relações de dominação-exploração e apropriação de seus corpos e força de trabalho precisam ser visibilizadas e reconhecidas socialmente, pois apenas dessa forma estas poderão ser vistas na condição de sujeitas aptas objetivando adentrar a esfera pública das relações de poder.

Notas

¹ Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe; Integrante do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) vinculado ao Departamento de Geografia (DGE-UFS); Bolsista de

PLANTANDO SEMENTES DE LUTA: O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR A PARTIR DO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC)

CARLA APENBURG TRINDADE

iniciação científica CNPq; Colaboradora da Rede DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva R. Filho. Coorientadora: Prof.^a Msc.^a Laiany Rose S. Santos

^{II} Momento inicial de luta expresso em diversas atividades e manifestações do movimento, onde há a reivindicação por valorização e libertação da mulher camponesa, defesa da classe trabalhadora, contra exploração, violência, discriminação e dominação, de combate ao machismo a fim de serem construídas novas relações de igualdade, em respeito à diversidade cultural e aos símbolos regionais e nacionais, tal qual em defesa da natureza, das sementes e biodiversidade.

^{III} CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

^{IV} “Na mitologia popular, o avestruz é conhecido por supostamente esconder sua cabeça na areia quando se sente ameaçado. É possível que o surgimento do mito esteja vinculado ao fato de que, ao se alimentar, os avestruzes afundam a cabeça na areia para engolir areia/pedras que o ajudam a digerir a comida, e quando se escondem de predadores, deitam sua cabeça e pescoço rente ao chão, o que é popularmente interpretado como covardia” (TÁBOAS, 2018, p.84).

^V TÁBOAS, Ísis Menezes. **É Luta! : feminismo camponês popular e enfrentamento à violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p.131.

^{VI} TÁBOAS, Ísis Menezes. **É Luta! : feminismo camponês popular e enfrentamento à violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p.136.

^{VII} TÁBOAS, Ísis Menezes. **É Luta! : feminismo camponês popular e enfrentamento à violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p.146.

Referência bibliográfica

TÁBOAS, Ísis Menezes. **É Luta! : feminismo camponês popular e enfrentamento à violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 186 p. ; 21 cm.